



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Data da reunião: 25/04/2023

Presidente: Senador Confúcio Moura

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	OFS 15/2019 Ementa: Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Liquigás de 2018, realizadas pelo Conselho de Administração. Autoria: LIQUIGÁS [tramitação] Não Terminativo	Senador Eduardo Braga	Pelo pedido de providências	O OFS 15/2019 encaminha a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Liquigás Distribuidora S.A. em 2018. Votação simbólica

Consultoria Legislativa do Senado Federal
Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)
Data da reunião: 25/04/2023

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	PL 2474/2020 Ementa: Dispõe sobre cessão de créditos obtidos em sistema de compensação de energia elétrica durante o período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Luis Carlos Heinze	Pela aprovação nos termos do substitutivo	O projeto visa a permitir cessão voluntária de créditos obtidos em sistema de compensação de energia elétrica (relativos à geração de excedentes devolvidos à rede de distribuição e não utilizados), durante o período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de covid-19, a consumidores enquadrados como serviço público ou cujas atividades sejam destinadas à assistência social ou ao combate direto à pandemia. Essa disponibilidade deverá vigorar por até 12 meses após o encerramento do período de emergência de saúde pública em questão. O texto contém ainda detalhamento dos procedimentos para efetivar a doação dos créditos de energia e estabelece o prazo de 15 dias para que o órgão regulador regulamente a Lei decorrente da aprovação do PL. Por motivos de perda de oportunidade, dado que estado de emergência de que a proposição trata encerrou-se em 22 de maio de 2022, o relator propõe substitutivo para conferir caráter permanente ao proposto, restringindo as instituições favorecidas às entidades beneficentes. Para tanto, sugere alterações na Lei 14.300/2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída e o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). Votação simbólica
3	PL 1717/2019 Ementa: Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação. Autoria: Senador Lucas Barreto [tramitação] Terminativo	Senador Wellington Fagundes	Pela aprovação com emendas	A proposição pretende alterar a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei 5.917/1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei 5.917/1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação. Ainda determina que a designação oficial e o traçado definitivo da rodovia de ligação de que trata o projeto serão definidos pelo órgão competente. Foi proposta uma emenda que permite que o Poder Executivo seja incumbido de definir a nomenclatura oficial do trecho, tendo em vista que já existe uma rodovia de ligação no Estado de Roraima com a nomenclatura proposta. Votação nominal
4	PL 877/2022 Ementa: Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória nos preços dos serviços de praticagem Autoria: Senador Nelsinho Trad [tramitação] Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação com emendas	A proposição pretende estabelecer que o serviço de praticagem é atividade essencial, de natureza privada, cujo objetivo é garantir a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a proteção ao meio ambiente. Também elenca as capacitações necessárias para exercer e manter a habilitação do serviço de praticagem pela Autoridade Marítima, além de estabelecer: a) a constituição dos serviços de praticagem; b) a remuneração; c) os parâmetros para que a Autoridade Marítima institua anualmente a lotação dos profissionais; d) as normas para participar no processo seletivo para a categoria de praticante de prático; e e) a instituição da mesma ordem de precedência e equivalência à categoria de Capitão de Longo Curso (CLC) da Marinha Mercante aos práticos, após 20 anos completos de serviço. O relator sugeriu uma emenda no inciso I do art. 15-D proposto, para evitar que o texto anterior exclua do processo seletivo à praticante de prático profissionais que hoje já são autorizados pela Autoridade Marítima à participação. 1. Em 04/04/2023 foi lido o relatório e concedida vista coletiva 2. Votação nominal

Consultoria Legislativa do Senado Federal
Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)
Data da reunião: 25/04/2023

3

Item	Identificação da matéria
5	REQ 29/2023 - CI Ementa: Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o projeto de privatização da Rodovia Federal BR-364, no trecho entre os municípios de Vilhena até o município de Porto Velho (RO), buscando esclarecer os pontos positivos da ação federal, os estrangulamentos de acessos, a inclusão de obras essenciais como viadutos, travessias subterrâneas urbanas, rotatória nos entroncamentos das rodovias estaduais com o eixo principal da BR-364. Autoria: Senador Jaime Bagattoli
6	REQ 30/2023 - CI Ementa: Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater a implantação da rodovia Binacional Brasil-Bolívia. Autoria: Senador Wellington Fagundes
7	REQ 34/2023 - CI Ementa: Requer a realização de painel com audiências públicas conjuntas da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater o potencial e os desafios para viabilizar a economia de hidrogênio sustentável como fonte renovável de energia no país, de sua utilização na indústria e a sua contribuição para a redução da emissão de gases de efeito estufa. Autoria: Senador Confúcio Moura
8	REQ 35/2023 - CI Ementa: Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 365/2022, que "susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022, que 'aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013', e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que 'Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica'". Autoria: Senador Luis Carlos Heinze
9	REQ 37/2023 - CI Ementa: Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado de Minas e Energia, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu. Autoria: Senador Esperidião Amin
10	REQ 38/2023 - CI Ementa: Requer a realização de audiência pública com o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu. Autoria: Senador Esperidião Amin

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.